

-----**ACTA N.º 198**-----

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
- 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
- 2.1 – Correspondência. -----
- 2.2 – Intervenções. -----
- 3 – Ordem do Dia. -----
- 3.1 – Prestação de Contas/2008; -----
- 3.2 – Inventário e Cadastro/2008; -----
- 3.3 – Mapa de Pessoal – Alteração; -----
- 3.4 – Delimitação administrativa – Correção e alteração; -----
- 3.5 – 2ª Revisão Orçamental. -----
- 4 – Outros assuntos: Não foi apreciado qualquer assunto. -----
- 5 – Período destinado ao público. -----

----- Eram cerca das dezassete horas e vinte e cinco minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----

----- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros: -----

- 1) Albano de Amaral e Macedo; -----
- 2) Alexandre Fernandes Tavares; -----
- 3) António Fernando da Silva Dias; -----
- 4) António Nunes Tavares; -----
- 5) António Rodrigues Ferreira; -----
- 6) Belmiro Manuel Marques; -----
- 7) Cláudia Maria Rodrigues da Silva; -----
- 8) Claudino da Fonseca Soares; -----
- 9) David da Silva Alves; -----
- 10) Edgar Jorge Ribeiro da Silva; -----
- 11) Fernando da Silva Oliveira; -----
- 12) Harolde Soares da Silva Balaias; -----
- 13) João Pereira Henriques; -----
- 14) Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; -----
- 15) José Dias da Silva; -----
- 16) José Loureiro dos Anjos; -----
- 17) José Luís da Silva e Almeida; -----
- 18) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; -----
- 19) José Tavares Coutinho; -----
- 20) Júlio Martins Fernandes; -----
- 21) Manuel Henriques Soares; -----
- 22) Maria Elisabete Martins Henriques; -----
- 23) Nuno Miguel Matos Silva; -----
- 24) Paula Cristina Vaz dos Santos; -----
- 25) Rui Manuel Batista Rocha; -----

26) Severo Mendes Pereira; -----

27) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

----- Depois de realizada a chamada o Presidente da Assembleia Municipal comunicou que os membros Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira e José Tavares Batista Braga, tinham comunicado e justificado as respectivas faltas, por escrito. -----

----- Para além dos membros acima indicados, foi registada a falta de Rafael Ferreira Matos. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; João Miguel Tavares de Almeida, António Bispo Rodrigues e José Carlos Martins Ribeiro. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 197, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. -

----- Depois de apreciada a acta da sessão anterior a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara** -----

----- O **presidente da câmara** comentou sucintamente os aspectos mais importantes da informação elaborada e disponibilizou-se para prestar esclarecimentos sobre os assuntos exarados no documento enviado aos membros, referente à comunicação escrita. -----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento sobre o documento entregue aos membros, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

----- **2 - Período Antes da Ordem do Dia** -----

----- **2.1 – Correspondência** – O presidente da assembleia municipal procedeu à leitura de dois ofícios, um da Junta de Freguesia de Sever do Vouga, sobre toponímia, que será encaminhado para a Câmara Municipal, por se tratar do órgão com competência nessa matéria, e o segundo, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, que será submetido à apreciação na próxima sessão. --

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.3 – Intervenções.** -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: José Luis Almeida, Silvério Gomes, Cláudia Silva, António Ferreira, Albano Macedo e Joaquim Zacarias. -----

**José Luis Almeida:** Aproveitou a oportunidade da sessão, realizada nesta data, para uma vez mais relembrar o mérito dos capitães que deram a este país uma das maiores manifestações de generosidade colectiva ao protagonizarem uma revolução que, ainda hoje, era vista e apontada no mundo como um exemplo de transformação de uma nação numa democracia parlamentar. Para eles, o agradecimento. Sabemos que, ao longo destes 35 anos e, em especial, nos primeiros tempos, houve excessos, fruto da inexperiência, no uso e, nalguns casos, no abuso de um bem que poucos conheciam. O saldo, todavia, era largamento favorável aos mentores da ideia que implementou o sistema político de que todos partilhamos. Não relembrou o 25 de Abril com qualquer espécie de saudosismo, mas para serem retirados ensinamentos para o futuro. Nem sempre sabemos dar valor ao que temos. Olhando para o nosso passado e para o que somos como nação hoje, facilmente reconhecemos que evoluímos em conhecimento, em tecnologia, em condições económicas e melhor ainda, no uso da democracia. Ao lembrar-se da

política do orgulhosamente sós do antigamente, ainda hoje praticada em algumas ditaduras no mundo, umas dizem-se mais de esquerda, outra mais de direita. O que vemos? Que os seus povos não vivem, mas sobrevivem. Esta realidade era muito mais comum do que pensamos e todos conhecemos alguns desses países. Não sabemos dar o verdadeiro valor ao que temos, até o perdermos. Não podemos contribuir para a reabilitação de figuras antigas, que hoje vemos reflectidas nos comportamentos de alguns governantes ditadores deste mundo e que tanto criticamos. Podíamos estar melhor? Em hipótese, tudo era possível. Os políticos que nos governam, ou governaram, são a imagem da nossa sociedade e são os que a maioria escolhe e, apesar de tudo, preferia políticos que se podem substituir de 4 em 4 anos, do que poderes, também existentes, que ninguém elege e que têm a presunção de querer representar uma consciência que depois se prova ser apenas de classe corporativa. Podemos melhorar. Aqui entra o contributo individual, ou seja, cada vez mais temos que saber que, se formos mais exigentes connosco, para sermos melhores profissionais e cidadãos, também o poderemos ser com os outros. E, assim, criamos uma corrente, esta sim, com força para tornar melhor este país e acabarmos, de vez, com a dependência do governo sempre que chove, faz sol ou um negócio que corre mal. Como alguém já disse, temos que saber o que podemos fazer pelo nosso país e não o que ele pode fazer por nós. O 25 de Abril em Portugal, indissociável do 1º de Maio que amanhã se comemora, também esta uma data meritória e que relembra a justa luta dos trabalhadores. Não podia, no entanto, concordar com o oportunismo de muitos patrões que aproveitam para despedir pessoas e os desempregados não podem ser esquecidos, porque estar desempregado era um estado de passagem e não era uma constante que faça parte da pessoa. Para concluir, acreditava em medidas que contribuam para o aumento do conhecimento, da formação e preparação dos portugueses porque, apesar da famosa crise, o mundo não pára e temos que competir com os melhores. Governos como o presente, que arriscam e tomam medidas de geração e estão a contribuir para uma juventude e população geral mais habilitada a enfrentar a concorrência tinham, por isso, o seu apoio. -----

**Silvério Gomes:** Começou por referir que, em Fevereiro último, tinha focado dois pontos nesta Assembleia e gostaria de voltar a falar num deles e trazer um novo que lhe parecia de extrema importância, para a freguesia de Cedrim, em particular, e para o concelho de Sever do Vouga, em geral. Primeiro, estrada em frente à Igreja de Cedrim - Escutou muitos elogios sobre esta obra estruturante para a freguesia de Cedrim e, pessoalmente, deu os parabéns às autarquias envolvidas e, também, ao empreiteiro. A largura da via e a execução dos muros não deixa ninguém indiferente e, após avanços e recuos, temos de dizer que valeu a pena esperar. Contudo, não conseguia perceber como é que, ao cimo dessa estrada, permanece um amontoado de terra entre a Igreja e o cemitério, que envergonha a freguesia e dificulta os mais idosos, sempre que pretendem ir ao cemitério, assim como aos cortejos fúnebres. Perguntou, se a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Fábrica da Igreja não se entendiam para ser feito naquele local um arranjo urbanístico? Acrescentou, não saber se haverá em mais algum local deste concelho uma vergonha daquelas frente à Igreja Matriz. Esse facto tornava-se ainda mais imperceptível quando, ao lado, existe uma estrada aberta há dois ou três anos com muros muito bem executados a confinar com terrenos agrícolas. A estrada a que se referia era aquela que pretende ligar a Igreja à sede da Junta de Freguesia e uma vez ouviu dizer que as expropriações estavam concluídas, perguntava se essa ligação era para breve. -----

Continuando - Eiras da Lomba. No ano passado, a freguesia de Cedrim organizou uma mostra de cultura que surpreendeu tudo e todos. Este ano já se ouve falar na repetição desse evento nas Eiras da Lomba. Aquele espaço faz parte do imaginário de muitos Cedrinenses, da sua geração e considerava que deveria ser melhorado e preservado. Assim, perguntou se a Câmara Municipal já equacionou tornar as Eiras da Lomba, de Cedrim, um património cultural de interesse concelhio, dado que, num reduzido espaço encontramos mais de uma dezena de canastros e várias eiras comunitárias que devíamos deixar como herança patrimonial e histórica às gerações vindouras. Ainda para mais, quando a heráldica da freguesia de Cedrim realça a cultura agrícola do milho. Se ainda não pensaram em nada para aquele espaço, deixava aqui a sugestão. E, se já pensaram, gostaria de saber o que pretendem fazer. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação ao amontoado de terras, disse esperar que os vereadores tenham tomado nota, admitindo que seja, eventualmente, restos da obra que está a decorrer, mas esperava que tomassem nota, verifiquem e resolvam esse problema. -----

Em relação à Rua da Igreja, no centro da freguesia, disse que aquele pequeno troço já está aberto e falta concluir na zona do ribeiro, por falta de acordo na aquisição de terrenos, num dos quais fora assinado há poucos dias o auto de aquisição e que, em princípio, seria a última aquisição de terreno a realizar. Seguidamente, seria necessário elaborar um projecto para a segunda fase da obra. -----

Quanto às Eiras da Lomba, disse que já no ano passado, quando se realizou aquela manifestação cultural, foi manifestado o interesse, publicamente, pelas várias entidades presentes, que aquele espaço devia sofrer uma intervenção. Mas, há um problema a resolver, que parte pela prévia autorização dos proprietários, porque se está falar de um espaço privado e cujos proprietários terão que ser envolvidos em qualquer iniciativa de requalificação do espaço. Há um programa que poderá servir de suporte a essa requalificação, com o envolvimento dos particulares, porque não podemos fazer uma intervenção municipal, nem a Junta de Freguesia, em domínio privado. Através dos programas Leader ou Agris, poderá ser financiada a intervenção em espaços privados se essas candidaturas forem aprovadas, porque os regulamentos desses programas legitimam uma intervenção pública num espaço privado, garantindo-se que exista nessas zonas espaços de utilização colectiva ou pública. As eiras, em princípio, são privadas, provavelmente, com mais do que um proprietário, mas poder-se-á realizar um projecto e ser financiado através desses programas, com o envolvimento dos proprietários e autarquias. -----

**António Coutinho** – Informou que havia um processo a decorrer para a classificação daquele espaço e já tinham vindo ao local técnicos do IGESPAR para emissão do parecer final. Contudo, tudo indicava para que seja apenas classificado como de interesse municipal. Em relação à intervenção, informou já haver uma intenção de investimento para ser apresentada a candidatura ao programa LEADER, quando abrir a quarta fase de candidaturas. -----

**Cláudia Silva** – Iniciou, dizendo que Cedrim precisava, de facto, de mais intervenções. A requalificação do espaço etnográfico e social que o senhor Silvério Gomes referiu aqui e que, pelos vistos, causou algum impacto positivo, não se resumia às Eiras nem aos canastros de Cedrim, porque a freguesia têm outros pontos que devem ser remetidos para esta requalificação e o senhor presidente da Junta de Freguesia, aqui presente, conhecedor desse espaço, sabia a que se referia. Portanto, estava confiante que, num futuro próximo, faria diligências no sentido de

serem requalificados os espaços relacionados com a herança etnográfica das gentes de Cedrim. -----

Mas, ainda em relação a Cedrim, considerou que a estrada que passa pela igreja necessita de uma intervenção, nomeadamente, através de substituição dos paralelos e regularização do piso, inclusive entre a Escola até à Lomba, onde foi feita uma má reparação do pavimento. -----

Continuando, disse que em Sanfins, o troço da estrada que passa pela ex-fábrica da Lactogal em direcção às escolas, também estava num estado lastimável, sendo quase impossível distinguir qual era o piso de origem, pois são muitos os remendos efectuados no pavimento. -----

Mudando de assunto, disse que ao serem criadas zonas de estacionamento reservado na vila, também deveriam ter sido criadas zonas de estacionamento alternativo, para quem não tem possibilidade de pagar. -----

Seguidamente, referiu que no passado dia vinte de Março, via internet, o Ministério da Educação publicou uma listagem de escolas do 2º e 3º ciclo a serem requalificadas ou construídas de raiz ou parcialmente. Contudo, a E.B. 2,3 do nosso concelho ainda não constava nessa listagem, apesar de ser mencionada inúmeras vezes nesta assembleia e já terem sido adquiridos quase todos os terrenos. -----

Também, em Setembro de 2007, foi apresentado no CAE um diagnóstico, que foi encomendado à Agenda 21 local, que apontava potencialidades e referia, também, as fragilidades do nosso concelho. Contudo, volvidos quase dois anos, não houve grande iniciativa no sentido de solucionar as fragilidades apontadas. Continuam aí à vista de todos e, sobretudo, para quem as sente mais, devido à gestão actual onde os assuntos entram na agenda propagandista e nos discursos eleitoralistas, mas tardam a ser integrados na agenda e só por mero acaso e apenas em alguns, mas poucos, é que são, efectivamente, solucionados. Reflectem, confirmam e comprovam que este executivo esgotou, há muito, a capacidade de gerir equitativamente os recursos do concelho e traduzir em produto concreto as potencialidades locais e de dar respostas sustentáveis às fragilidades diagnosticadas. Perante esta incapacidade, refugia-se na globalização e crise, entre outros aspectos externos, que não podem servir, de todo, como bode expiatório para tudo aquilo que não se consegue fazer internamente. O concelho encontra-se refém da ausência de uma visão estratégica e de uma política estratégica que, ao fim de vinte anos, se traduz em zonas industriais estranguladas e sem futuro e conseqüente abandono e deslocalização de indústrias importantes para outros municípios. Assistimos, ainda, ao êxodo da população jovem que, cada vez mais, vai viver para fora do concelho e estamos a ficar, como comprovam as estatísticas, com uma população envelhecida. Enfim, uma gestão esgotada e obsoleta. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação à primeira questão, a freguesia tem outros pontos fortes em termos de área de requalificação urbana, como se verifica noutras freguesias, onde há inúmeros espaços de valor paisagístico, etnográfico e cultural que era bom preservar. Mas, infelizmente, os recursos financeiros não dão para fazer tudo ao mesmo tempo. Mas, não iria lembrar que, em tempos, este concelho nada possuía preservado. Contudo, agora, vislumbram-se algumas requalificações de espaços naturais, do património arqueológico e arquitectónico, a começar pelas igrejas que entendemos ser o património mais valioso. -----

Sobre a estrada do centro de Cedrim, considerou que deveria ser corrigido o piso nalguns locais e mantidos os paralelos, de acordo com a opinião de alguns moradores, para ficar como uma estrada empedrada, porque ficará valorizada. -----

Quanto à estrada de acesso à freguesia, informou ser do conhecimento público que foi objecto de vistoria para a recepção definitiva, tendo-se detectado algumas falhas no pavimento e ordenou-se a correcção. Contudo, a rectificação não foi devidamente executada e não foi elaborado o auto de recepção. Estando-se a aguardar que o empreiteiro volte a intervir para corrigir as anomalias, senão terá que ser accionada a caução. -----

Em relação àquela pequena estrada de Cedrim às Escolas, informou que fazia parte da empreitada adjudicada de vários caminhos a requalificar. -----

Sobre as zonas de estacionamento condicionado disse terem sido criadas através de pedido entregue e identificadas pela comissão de trânsito, mas não era verdade que faltam alternativa, porque a maioria das ruas estão livres e não se paga estacionamento, com excepção do núcleo central da vila. -----

Relativamente à E.B. 2,3 disse que o executivo pretendia a construção de uma nova escola no sítio por baixo do cemitério, mas o Ministério não concorda e desistiu dessa ideia. Portanto, aquilo que vai acontecer, e a direcção do agrupamento sabe, porque até têm andado em negociações, passava por uma demolição parcial da antiga E.B. 2,3 e juntar os edifícios das duas escolas. -----

Acerca da Agenda 21 Local, disse não haver nada a esconder, porque esse processo não está concluído e era necessário analisá-lo na sua globalidade, onde as debilidades foram indicadas pelo executivo. A Agenda 21 Local ainda está em execução e haverá um prazo para implementar as sugestões. Mas, o grande problema prendia-se com os recursos necessários para dirimir as fragilidades anotadas. -----

Quanto aos demais comentários disse que não iria responder, porque bastaria elencar o número de equipamentos que existiam e comparar com os construídos ao longo destes anos. -----

**António Ferreira:** Referenciou algumas obras que foram iniciadas em Talhadas e, algumas delas, que estão paradas. Isso para saber qual o prazo previsto para o arranjo da estrada do Cortês a Talhadas e também do Cortês ao Seixo, a necessitar da colocação do pavimento. Também desejava saber se estão ou não a prever o alcatroamento da estrada de Doninhas a Talhadas, porque estavam-se a fazer os e havia a necessidade de ser melhorado o piso, para benefício dos moradores e utentes do Centro de Dia, que já se encontra quase concluído. -----

A estrada da zona industrial de Talhadas já se encontra muito adiantada mas falta-lhe o piso, não sabendo quando poderia ser colocado. Também, não sabia se o saneamento, no centro da freguesia, seria feito neste ano. -----

Disse que a estrada da Ereira à Vide fora aberta pelo regimento de engenharia há uns anos, mas encontrava-se bastante danificada e com necessidade de uma intervenção, para poder ser utilizada pelas populações daquela zona. -----

Quanto ao largo da Silveira, perguntou se o executivo previa alguma intervenção para um futuro próximo, apesar de estar incluído no PPI dos últimos quatro anos. --

Por último, apresentou uma sugestão de isenção do pagamento das taxas dos parcometros nas horas de almoço, por falta de lugares de estacionamento e alguns clientes dos restaurantes terem relutância em pagar o estacionamento. -----

**Presidente da Câmara:** Comentou terem sido apresentados alguns pedidos. No entanto, respondeu que estava a ser executado o alargamento da estrada de Doninhas a Talhadas, e estava prevista a colocação de tout-venant. -----

Em relação ao acesso à zona industrial, pensava que essa pavimentação estaria para breve, tal como a do Cortez, incluída numa empreitada adjudicada. -----

Sobre a estrada da Ereira à Vide, executada pelo exército, pediu ao vereador para analisar o estado desse caminho. -----

Em relação ao largo da Silveira, pediu ao vereador para prestar o esclarecimento desejado. -----

Por último, quanto à sugestão de isenção de taxas no período de almoço, por falta de lugares para estacionamento, respondeu que seria pior se fosse estacionamento livre. Mas, as opiniões são contrárias, ou seja, há pessoas a dizer que agora, têm sempre lugares para estacionar e alguns afirmam conseguir estacionar em vários locais, com o mesmo *ticket*, porque não identifica a zona de estacionamento condicionado, permitindo assim deslocarem-se a vários serviços. -----

**Albano Macedo:** Podíamos comemorar hoje os 495 anos da entrega da carta do Foral a Sever do Vouga, atribuído por D. Manuel I a 29 de Abril de 1514, ou então, comemorar os 35 anos do 25 de Abril de 1974, ou até mesmo comemorar o 1º de Maio, dia do trabalhador, e este ano, também, dia da Mãe e, desde já, expresso a minha singela homenagem a todas as mães da nossa terra, mas nesta data, temos que comemorar alguma coisa própria deste dia. Disse não querer falar do 25 de Abril de 1974, para não dizerem que só sabemos falar nesta Assembleia, nestas alturas, para criticar o porquê de se comemorar nas outras autarquias e aqui não, porque são constituídas comissões para o efeito e não se faz nada, etc. Então, disse ter rebuscado e chegou à conclusão que foi no dia 30 de Abril de 1974 que foi instituído o dia 1º de Maio como feriado nacional obrigatório e que também tinha sido nesse dia que foi extinta a PID DGS. Mas lá ia, outra vez, para o 25 de Abril, mas como o 25 de Abril de 1974 foi numa quinta-feira e nesta data é quinta-feira, vamos falar do 30 de Abril de 1973. Nessa data, um café custava 14 tostões e o jornal apenas um escudo. Um pão, quatro tostões, um automóvel novinho em folha, chegava aos sessenta e cinco mil escudos e, caro mesmo, era só a gasolina que, na altura, cifrava-se pelos sete escudos. Os professores recebiam, no final do mês, cerca de três mil e quinhentos escudos. Barato ficava, também, uma ida ao cinema, apenas cinco escudos, o bilhete mais caro chegava à quantia de sete escudos e meio. O mesmo custava tomar um bom pequeno-almoço no café da esquina com direito a sumo de laranja e um croissant com fiambre. Já fumar era um vício bastante barato, porque um maço de SG Gigante custava seis escudos e cinquenta centavos. No ultra-mar, durante a guerra, os vencimentos eram francamente superiores. Sim, porque havia uma guerra. Um capitão do exército recebia catorze mil escudos e um alferes mais sete mil escudos e cinquenta centavos. Para estabelecer uma comparação com os dias de hoje, a diferença está perto de 40 vezes a de outrora. Esta multiplicação tem em conta a subida dos preços vertiginosa nos tempos a seguir ao 25 de Abril de 1974, de que não queria falar, e ao PREC, a que acresce, também, uma inflação regular que, a partir da década de 80, se foi sentindo de uma forma gradual. A conjugação dos efeitos do 25 de Abril, da descolonização, do primeiro choque petrolífero de 73/74 e da crise internacional subsequente gerou, na década de 70, uma situação económica caracterizada por níveis elevados de inflação e de desemprego, recessão ou taxas moderadas no crescimento real do produto. Entre 1970 e 1974 a taxa de inflação aumentou 6,4% para 25,2% e depois de 1978, mesmo com a intervenção do fundo monetário internacional a taxa de inflação mantinha-se acima dos 20% e a taxa do desemprego, nem interessava falar. Mas, todos nós ultrapassamos essa crise e esses tempos. Contudo, lembrar o passado é fundamental, não só para a compreensão do presente, mas também para a construção do futuro. Não há futuro sem memória. Trinta e cinco anos depois, o 25 de Abril continua a ser uma data controversa. Não

queria repetir aquilo que costumamos ouvir nestas alturas como, por exemplo, sabemos desde há muito a importância de afirmar e defender Abril, os seus valores, as suas conquistas, em todos os momentos, todos os dias, e todo o ano. E, por maioria de razão, nesta semana em que festejamos o 35º aniversário da Revolução dos Cravos, evocar Abril não é, nem pode ser, um simples ritual. Outros ainda podem dizer cada vez mais, claramente, a vida vai-nos demonstrando que, nos tempos que correm, comemorar a revolução de Abril tem que ser muito mais do que os valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. Decorridos 35 anos do golpe militar que pôs fim ao estado novo, durante o qual, vejam bem, colunas rebeldes chegam a obedecer ordeiramente aos sinais de trânsito, como foi a do Salgueiro Maia. As comemorações desta data tendem paulatinamente a confundir-se com as do 5 de Outubro (dia da implantação da República em 1910) se não no calendário, pelo menos na pompa e numa ou noutra circunstância. Com uma diferença do 25 de Abril, há um pouco mais de sobreviventes. Mas, voltando ao 30 de Abril de 1973, não se pense que tudo era mau antes da dita revolução de 1974 até ao final dos anos sessenta, porque Portugal manteve-se, em muitos aspectos, na «pole position» dos países europeus ocidentais. Assim, era o único império colonial sobrevivente. Podia orgulhar-se do ditador com mais anos no poder. Apresentava as mais altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante. O mais baixo rendimento por habitante. A menor produtividade no trabalho. O menor número de estudantes no ensino básico e superior. O menor número de pessoas abrangidas pelos sistemas de segurança social. A menor industrialização e a maior população agrícola. No fundo, números à parte, tratava-se de um paraíso verde. Além das paisagens bucólicas e as viúvas dos militares do ultra-mar ou dos mortos da emigração, da agricultura ou das minas, dos pobres e dos pedintes, do país do orgulhosamente só, ainda tínhamos Fátima, tínhamos o fado, tínhamos o futebol. E, no que toca a futebol, Eusébio, para bem dos Benfiquistas da altura, era o mais que tudo. Tão mais que tudo que Salazar inventou a carreira internacional informando tão simplesmente de que ele era património do estado. Mas só os portugueses em crise de meia-idade, já refeitos dela, se podem lembrar de como era antes. E, a verdade era que, tinha pouca graça. Claro que nos podemos rir hoje, da licença do isqueiro obrigatória desde os anos 30 e só abolida em Maio de 1970. Outros já não terão que ir ao ultra-mar para beber uma coca-cola, só comercializada entre nós a partir de 1977. Podemos rir, também, de um Decreto-lei n.º 31247, de Maio de 1941, que regulava o uso do fato de banho zelando pela moralidade pública no sentido de evitar a corrupção dos costumes e obrigava, para elas, o fato inteiro sem descobrir os seios com costas decotadas sem prejuízo do corte das cavas e ser cingido nas axilas e, para eles, o calção com corte inteiro, justo à perna e reforço da parte da frente e justo à cintura cobrindo o ventre. Regras que os cabos do mar tiveram que começar a fechar os olhos na década dos anos sessenta, quando os turistas, bem menos atafalhados de roupa, desataram a invadir o Estoril e o Algarve. Continuamos a rir dessa obsessão moralista e bafienta com as calças proibidas às raparigas nos liceus e as gravatas obrigatórias para os rapazes. Mais as portarias camarárias em prol do decoro vigente. Com as escolas para rapazes e outras para raparigas. Mas, o sorriso começa a amarelecer quando nos lembramos das cargas de polícia de choque como as do verão de 1969. O sorriso desmaiado à medida que recordamos um milhão e meio de emigrantes obrigados a dar o salto entre 1960 a 1973. O sorriso já se foi por completo quando chegamos aos cerca de dez mil soldados mortos na guerra colonial. E, se nos lembrarmos, também nós, dos poucos ou nenhuns direitos das mulheres cujas vidas

valiam penas de dois anos como foi aplicada a Adélio da Custódia pelo assassinato da sua mulher Maria Pais Pimenta explicada assim pelo juiz corregedor do Círculo Judicial de Viseu: “Porque se justifica perfeitamente a reacção do réu contra a mulher adúltera que abandonou o lar, o marido e dois filhos de tenra idade para seguir um saltimbanco. Chegamos, assim, à parte que está mesmo fora de moda. A censura e a polícia política do regime. A entrevista a António Ferro, a propósito dos boatos que se punham a circular contra o bom nome da polícia, fez Salazar explicara-se desta forma: “Quero informá-lo de que se chegou à conclusão de que as pessoas mal tratadas eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondido as suas armas criminosas e mortais”. Quanto à censura prévia, e de lápis azul em riste, segundo a comissão do livro negro sobre o fascismo, o regime de Salazar Caetano proibiu cerca de 3300 obras e, até o velho Aquilino Ribeiro, foi alvo de um processo crime pelo crime de ter escrito “Quando os Lobos Uivam”. O secretário nacional de informação, mostrava-se quase sempre de uma eficácia imbatível. Em 1965, em apenas quatro dias, apreendia setenta mil títulos à Europa e à América, em dois anos subtraía à Ceara Nova milhares de contos de livros, quanto à Editora Minotauro, era simplesmente encerrada. Música, artes plásticas, filmes, segundo dados recolhidos, só entre 1964 e 1967 foram apresentados à censura 1301 filmes, dos quais, 145 foram proibidos e 693 autorizados com cortes. E a TV a preto e branco? A cores só em 1980. Nada escapava a essa mutilação. A justificação para o zelo recuava o Decreto-lei de Março de 1933 – a censura terá somente por fim impedir a subversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum e evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade. Apesar da bondade expressa dos censores, alguns jornalistas insistiam em desorientar a sociedade e o governo. Um dia, na república, Vítor Direito discorria a propósito do estado do tempo – “manhã de nevoeiro que transforma a cidade, não se vê um palmo à frente do nariz. Andam por aí certos senhores feitos meteorologistas, de trazer por casa, a prever boas aberturas. Mas, o nevoeiro persiste.” Afinal, eram tempos divertidos. Acabaram com o 25 de Abril. Vivemos há cinco dias o 35º aniversário do movimento que acabou com isto tudo. Muitos portugueses nasceram depois da revolução e a geração que hoje está no poder era a geração adolescente naqueles últimos anos do regime, da chamada primavera marcelista. Os outros ainda estavam a nascer, mas agora estão no topo ou em lugares de destaque e não se lembram disto. Portugal era um país de miséria, de analfabetismo, de mortalidade infantil, de fome e era o país onde as mulheres precisavam de autorização dos maridos para se deslocarem ao estrangeiro e onde os maridos tinham o direito consagrado na lei a abrir a correspondência das suas mulheres. Era um país em guerra de onde os seus filhos saíram para morrer em nome da defesa de uma pátria. Trinta e cinco anos depois da dita Revolução dos Cravos recordemos que são milhões de vítimas desse regime os que caíram na guerra, os que sofreram a repressão, as prisões e os assassinatos, os que foram condenados à emigração a salto, os que foram destinados à miséria, à fome, à tuberculose, e a outras enfermidades ou à ignorância para um regime que desprezou o ensino. Porque há 35 ou 36 anos, o povo ordenou, pela primeira vez, que houvesse em Portugal o poder local democrático que temos e nos honramos de ser. Poder local que urge reforçar e defender contra todas as tentativas de fragilização ao nível dos recursos e perda de autonomia. Todos já deviam ter tido tempo para

compreender que a liberdade é uma conquista constante. A cidadania uma prática humana e a democracia uma exigência a cada um de nós. Este ano, 2009, as comemorações da revolução aconteceram num país entristecido, sufocado de impostos, com sonhos limitados e com os direitos fundamentais ameaçados e um futuro cinzento. Fará sentido fazer discursos, organizar desfiles militares e cantar à liberdade? Para que não seja tarde, recordemos Abril de 1973. Por último disse que iria recordá-lo sempre e sempre que fosse preciso. Mas, iria avisar os mais jovens que, “trinta de Abril de 1973, nunca mais”. -----

**Joaquim Zacarias**: Iniciou a sua intervenção dizendo que muito gostaria de louvar o modo como a autarquia PS no seu todo comemorou o aniversário da Revolução de Abril mas, mais uma vez, nada de nada ao arpejo do que ficou decidido em Assembleia Municipal. -----

Há trinta e cinco anos, Portugal despertava para a liberdade, julgando ter enterrado definitivamente o fascismo e o ódio entre os portugueses e a propósito, Fernando Paulouro Neves, do Jornal do Fundão, escreveu o seguinte: O 25 de Abril é uma memória funda, como a terra. E nessa fundura de terra boa está escrito tudo aquilo que se tornou dicotomia entre o antes e o depois. Entre o negrume e o sol. Dum lado a tristeza, o país como reduto de ergonomia, a repressão que parecia eterna, o portugalzinho orgulhosamente só dos pequeninos, os feridos e os mortos da guerra. Do outro, a luz intensa da liberdade, os direitos humanos elementares, o pensar em voz alta, o respeito internacional, o direito à esperança e à dignidade recuperada. É verdade que, nestes anos de democracia se perderam referências, imolaram heróis, impuseram interesses sórdidos, programaram o triunfo das desigualdades, desfiguraram a esperança. É verdade que a matriz inicial se diluiu, que a economia, as finanças e os interesses dos privados gradualmente tomaram conta da política. Que a democracia arrasta uma crise que as liturgias eleitorais não disfarçam. Que os medos e as censuras subtilmente se instalaram. Que a participação dos cidadãos reflecte a anemia cívica do país. Que o bloco central de interesses desculpe impunidades. Que o encolher dos ombros volte a banalizar-se. Que se reproduzam Salazares empalhados, como dizia Aquilino Ribeiro. E que há cada vez mais órfãos do paizinho autoritário como avisou Jorge Sena. É verdade tudo isso. Ainda por cima calvalgados como estamos, por uma crise do capitalismo que muitos disseram ser a glória do nosso tempo. É verdade tudo isto. E que transformaram a vida num fardo insuportável, configurada a uma sociedade onde o aumento da esperança de vida parece um crime. É todo um mundo desencantado no que toca à alma. Quando pensamos no que aconteceu à esperança que Abril abriu. Subitamente, corto a narrativa pessimista dos dias. Tenho à minha frente um punhado de cravos vermelhos conversas do Zeca e de Sofia. Então, Abril renasce. A esperança tem sempre razão, digo para mim. Às vezes uma palavra, às vezes uma mão que se abre a outra mão, às vezes um grito, às vezes uma praça cheia de gente, às vezes um coador, às vezes muitos rostos, às vezes a palavra liberdade, às vezes Abril que estremece, às vezes um cravo vermelho cheio de versos. Apenas um, é quanto basta para a luz intensa regressar. Disse assim aquele ilustre senhor. -----

Dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal e a todos os membros disse, volvidos que são todos estes anos, que fizemos nós para que o ideal da revolução não caia no esquecimento e, pior que isso, não seja espezinhado? Que fez o poder político instalado em Sever do Vouga, vai para vinte anos, em prol das referências democráticas, da igualdade nas oportunidades, do desenvolvimento estrutural, tanto cívico como económico do concelho? Na opinião dos independentes, pouco, muito

pouco. E, se dúvidas tivéssemos, eis que o senhor presidente da Câmara Municipal se encarregou de no-las dissipar com a sua recente entrevista ao Diário de Aveiro. Entrevista toda ela recheada de vitimização e lamúrias, parecendo ter feito escola com o primeiro-ministro. Começa por se dizer perseguido por sites, blogues e cartas anónimas depois de terem aparecido em Sever do Vouga algumas pessoas na política. Curiosamente, do que o senhor presidente se queixa agora e que desconhecemos é o que aconteceu e está a acontecer ao já candidato anunciado Dr. João Almeida que foi brindado com uma carta anónima aconselhando-lhe, entre outras coisas, muita cautela nos passos que dá. Foi o que aconteceu no passado, a Joaquim Zacarias, quando acusado anonimamente de ter ficado com valores que não lhe pertenciam. E o senhor Dr. Manuel Soares e alguns dos presentes que sabiam ser falso, que fizeram? Nada. Porque tinha que pagar um pesado preço e arder na pira da praça pública pelo pecado de se ter passado para a oposição. Portanto, senhor presidente da câmara municipal, não tendo qualquer de nós culpa daquilo de que se queixa, porque nós somos frontais e é aqui que falamos, é caso para dizer que se assim é, elas cá se fazem cá se pagam. Na sua entrevista, diz que o seu único interesse na política é fazer o melhor que pode pelo concelho de Sever do Vouga. Pelos vistos, pode muito pouco. Diz não estar rico por estar na política. Disse que se atrevia a dizer que o povo não lhe vai exigir esse sacrifício por mais tempo. Realmente, vinte anos de sacrifício é muito tempo. E, se há outros exemplos que diz conhecer com mais de vinte anos na política, é porque não têm motivos para se queixar, têm obra feita e outra tanta por fazer e o povo gosta deles. A barragem do Couto/Ribeiradio, é, antes de mais, uma bandeira de Couto de Esteves e do concelho que ficou a meia haste em 2001 e que, como todos ansiamos, vamos esperar que a Martifer e a EDP ergam, de uma vez por todas, bem alto no mastro da nossa memória. Não impedirá, como diz, a salinização dos campos agrícolas, mas a relação benefício/prejuízo dará um quociente muito positivo. Quanto ao VougaPark, e perante algumas frases que utiliza, como: “um dos projectos que apresentamos... estamos a preparar... espero que as obras arranquem... espero que venha a fazer parte... estamos a fazer um estudo...” indicam que não se sabe lá muito bem como vai acabar tudo isso. No campo social, refere, e muito bem, o contributo a que acrescenta enorme importância, das IPSS concelhias, às vezes tão pobremente ajudadas pela Câmara Municipal. Referindo-se ao IC35, diz ser uma via que terá de “atravessar um território complicadíssimo, com soluções complicadas e que acredita que tão cedo não haverá dinheiro para fazer as ligações Vale de Cambra/Sever e Sever/A25”. Já reparou que as suas palavras, em vez de ajudarem à solução, empolam o problema? Isso é que é defender os interesses do concelho? Não abundam por esse norte de Portugal situações bem mais complicadas que as pontes resolveram e que também fomos nós que as pagámos? Então, só agora é que reclama a urgência de uma ligação rápida à A25? Ao fim de vinte anos? Não se compreende, senhor presidente, e como é que vamos ficar “pertíssimo de Aveiro e do litoral” se teimosa e inexplicavelmente, continua a querer um novo nó na A25 que não o do Carvoeiro e das Talhadas. Refere ainda que, o “aparecimento de hotéis, residenciais e outros equipamentos compete ao sector privado”; muito bem. Mas, que incentivo ou ajuda a Câmara Municipal já deu aos privados ao longo de tanto tempo? “Temos falta de um parque de campismo, mas não é a Câmara Municipal que tem vocação para o fazer”. Ai não? Como se justifica que, por exemplo, parques de campismo como o de Idanha, Castelo Branco, Fundão e Guarda sejam municipais? E, para acabar, senhor presidente, e ao contrário do que diz, a comarca foi-se e mantém-se um juízo e ao

que se consta por pouco tempo. Assim, vai ao fim de trinta e cinco anos e vinte do seu mandato e reino dos condes de Severi. -----

Continuando, referiu que desejaria colocar algumas questões. Algumas já são repetitivas, mas água mole em pedra dura, tanto dá até que pode furar. Antes de mais, agradeceu aos herdeiros da família do senhor Ilídio Pereira de Bastos a gentileza que tiveram em abrir os portões de acesso ao Rio Vouga. -----

Dirigindo-se ao presidente da assembleia municipal, referiu ter entregado, em devido tempo, uma proposta no sentido do horário desta Assembleia Municipal ser alterado. Contudo, já passaram bastantes meses, e o senhor presidente disse que ia estudar, até hoje, não se viu nada. Mas, continuavam a ser-lhe enviados, tardiamente, os documentos remetidos aos membros da Assembleia Municipal, embora recebesse por e-mail. Contudo, para tomar notas e sublinhar, seria muito mais funcional receber, também, em devido tempo, como aqui ficou decidido, os documentos em suporte de papel, pelo correio. -----

Mudando de assunto, disse que há um quiosque, em frente da Câmara Municipal, que está fechado e com péssimo aspecto há vários meses, não sabendo que contrato foi celebrado com o arrendatário. Mas, certamente, tem de ter uma solução e custava-lhe acreditar que alguém tome conta dumas instalações e depois está à espera que alguém lhe “compre a chave”. Então, aquilo não pertence à Câmara? ---

Continuando, disse que a rampa ao lado do quiosque “Quasetudo ou Zé da Tripa” está sempre com mau aspecto, devido ao lixo lançado para a rampa. -----

Seguidamente, disse que há dias, queixaram-se directamente à oposição que havia descargas da ETAR para o ribeiro que atravessa Pessegueiro do Vouga, constatando-se um cheiro nauseabundo, e aproveitou também o mesmo tema para perguntar como estava previsto resolver o saneamento nas Talhadas? -----

Sobre resíduos sólidos disse ter pedido há muito tempo, um ecoponto para o largo da Póvoa que poderia servir mais de quarenta fogos e cerca de umas duzentas pessoas. -----

Arruamento do largo da Póvoa ao Sobreiral - ponto da situação. Esteve muito bom tempo, fizeram-se as infra-estruturas, aquilo já podia estar resolvido, não está, vem chuva, é um lamaçal. Meteram tout-venant, mas eram pedras soltas por todo o lado. Apresenta-se num estado caótico. Aliás, tomou conhecimento que veio um grupo de pessoas da Póvoa, à Câmara Municipal, reclamar o acabamento daquela obra. ---

Seguidamente, disse que há dias, passando por Pessegueiro do Vouga viu, com bastante agrado, uma ligação de S. João ao Galteiro através de um caminho agrícola, que estava a ser bem feito, com ligação a Sever. Mas, questionou-se, “então, e aqueles desgraçados da ilha ali da serra, distantes dos equipamentos, das escolas e do Centro de Saúde, que estão à volta de quatrocentos metros e o senhor presidente não é capaz de lhes abrir o caminho?” Aqueles, têm que vir à volta da vila para se deslocarem para as suas casas e para os equipamentos públicos. E, aproveitando, perguntou ao presidente da câmara se algum dia iria pensar em asfaltar a ligação da vila à Ermida, pelo Alto da Serra. -----

Em relação a caminhos a necessitar de intervenção, indicou a “Estrada de Sóligo à Grela”, onde foi colocado o saneamento e apresenta-se com o piso cheio de remendos e em muito mau estado de conservação; a “Estrada de Nespereira ao Borrhal”, também, muito mal conservada; a estrada entre o cruzamento da 328 até à Martifer Inox, exactamente a mesma coisa. -----

Mudando de assunto, disse que, em tempos, foi perguntado, numa sessão deste órgão, se havia um estudo de viabilidade económica da VougaPark, onde estivessem evidenciados os proveitos, os custos directos e indirectos. Portanto,

gostariam saber se, efectivamente, esse estudo foi feito e se não pode ser fornecido o mais depressa possível. -----

Perguntou se os terrenos do Linheiro, cedidos ao Município, estariam pagos? -----

A pedido do senhor José Braga, perguntou se havia alguma resposta para o pedido de ligação de água cujo requerimento deu entrada a 2 de Outubro de 2008, e que até ao momento, não foi resolvido, desejando uma resposta, porque a sociedade se prepara para ser submetida a uma auditoria de certificação de qualidade. -----

Por último, disse ter-se alongado um pouco e que terminava a intervenção, apesar de ter mais assuntos e questões para apresentar. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Sobre a hora para início das sessões sugeriu que apresentasse uma proposta por escrito e, se todos concordassem, alterava-se o horário das sessões. -----

Em relação ao envio dos documentos, disse que tem tido, desde há muito, e o senhor Director de Departamento sabe-o, a vontade de enviá-los o mais cedo possível, no momento em que os documentos estejam prontos e possam ser disponibilizados. Os documentos que acabaram de seguir por último, foram enviados logo que foram disponibilizados. Portanto, tem sido feito um esforço muito grande e tem sido cumprido. Para chegarem mais cedo aos membros, enviam-se via mail. -----

Por último apresentou uma rectificação à alusão sobre o tribunal, dizendo que o tribunal tem, um juízo de pequena e média instância cível e um juízo de instância criminal. -----

**Presidente da Câmara:** Transmitiu que as comemorações do 25 de Abril deveriam se feitas através de uma sessão solene, por proposta e iniciativa da Assembleia Municipal. -----

Em relação à intervenção do senhor Joaquim Gabriel, na segunda parte, disse compreender o desconforto, porque quando estava com o poder, contradizia a oposição com discursos idênticos. Na altura, a oposição tinha este tipo de discurso, e opunha-se às intervenções da oposição. Agora que está na oposição, faz o mesmo discurso que fazia a oposição contra o executivo. -----

Aproveitou para dizer que, se na verdade o Dr. João Almeida recebeu alguma ameaça através de alguma carta, esperava que não seja feita alguma insinuação em como tenha sido o presidente da câmara a escrevê-la ou qualquer membro do seu grupo político, manifestando-lhe a sua solidariedade, apesar de sermos adversários políticos. Acrescentou que, se isso eventualmente aconteceu ou se coisas desse género vierem a acontecer, como lhe aconteceu a alguns anos atrás, teria toda a sua solidariedade para ajudar a resolver esse problema e desmascarar essas situações que são lamentáveis. Mais disse que, se souber que foi um vereador ou um membro da Assembleia Municipal pertencente ao seu grupo, convidava-o imediatamente a não ocupar o cargo político. -----

Quanto às demais situações e questões colocadas por Joaquim Zacarias o presidente esclareceu que: -----

Em relação à Barragem, com a afirmação “2001 a meia haste”, pensava que estava mais do que esclarecido e que havia pessoas da sua bancada que acompanharam esse processo, que foram para uma reunião a Lisboa e não conseguiram resolver esse assunto. A Barragem de Ribeiradio só não foi feita em 2001, porque na altura, alguém impugnou um procedimento do concurso. Mas, agora, avançou devido às diligências da Câmara de Oliveira de Frades e de Sever do Vouga para que o processo arrancasse e o levantamento da suspensão fosse feito, porque foram provar ao Ministério que era mais barato correr esse risco e arrancar com a obra,

nem que o Tribunal viesse a dar razão à empresa concorrente, do que indemnizar pela suspensão da empreitada. No entanto, o despacho não mereceu parecer favorável do Ministério das Finanças por falta de inscrição no PIDDAC. -----

Quanto à VougaPark, respondeu que a empreitada vai para avançar agora, porque estão reunidas as condições para ser submetida uma candidatura para obtenção dos recursos financeiros necessários através de fundos comunitários. Trata-se de um investimento estruturante que pode ser um desafio interessante para o concelho. Será necessário acautelar algumas parcerias e estavam a trabalhar para serem conseguidas. -----

No campo social, disse que a Câmara, se calhar, não ajuda financeiramente aquilo que pode. Mas, o Município de Sever do Vouga, neste momento, em termos de apoios sociais, foi posicionado no primeiro nível (de seis), num estudo realizado pelo Ministério da Solidariedade Social, ou seja, nos melhores concelhos do país. -- Em relação ao IC35, disse que alguém poderia acreditar, face àquilo que todos sabemos e à crítica existente em relação a algumas concessões, que seria possível enquadrar o IC35 no Plano Rodoviário Nacional, com o traçado referido. Acrescentou que esteve reunido com o secretário de estado das obras públicas o qual transmitiu que os estudos prévios do IC35 vão continuar presentes, com o itinerário de Castelo de Paiva a Arouca e deste concelho até à Feira. Portanto, pediu uma ligação mais rápida da A25 até à sede do concelho. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Pediu aos membros da Assembleia Municipal para darem um endereço de correio electrónico pessoal, de algum familiar, amigo ou de uma empresa, para ser mais rápido o envio de informação. Por outro lado, pediu aos senhores membros que aqui fizeram intervenções de cariz político e no caso de quererem ver na acta, fielmente reproduzido o que transmitiram, para deixarem em suporte de papel ou procederem ao envio por correio electrónico directamente para o Director de Departamento, porque é humanamente impossível e inexigível a quem irá redigir a acta que colha das brilhantes intervenções o sumo necessário para que elas reflectam aquilo que pretenderam transmitir. -----

Terminado o período de antes da ordem do dia, foram concedidos cerca de dez minutos de intervalo, antes de se passar à ordem de trabalhos desta sessão. -----

Os membros **José Luis da Silva Almeida** e **Rui Manuel Batista Rocha** não participaram na segunda parte da sessão e nas respectivas deliberações. -----

Depois de reiniciada a segunda parte da sessão, o presidente da assembleia municipal prolongou por mais alguns minutos o “Período de antes da ordem do dia” porque o membro Joaquim Gabriel tinha deixado algumas questões que não foram respondidas pelo presidente da câmara, e uma das questões até foi a pedido de um colega que está ausente e, como tal, terá, talvez, interesse em ver esclarecida essa situação. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação ao pedido de ligação de água apresentado pelo senhor José Braga, informou que não foi possível satisfazer por falta de adutora principal próximo do estabelecimento. Portanto, estava a ser equacionada a hipótese da conduta vir do lado de Vila Seca ou pelo lado da vila. Era a informação que tinha para transmitir, além do mais, porque a questão já tinha sido levantada numa reunião de Câmara e, na verdade, houve uma conversa com o requerente, que foi informado que estávamos a tentar encontrar uma solução. -----

Em relação aos terrenos do Linheiro, informou que já tinham sido pagos, quer os da estrada, como os do Jardim e da Extensão de Saúde. Há um valor residual do Jardim que não se pagou intencionalmente. A administração sabe disso e

concordou, porque as aquisições foram feitas com base em autos de aquisição amigáveis e queremos uma garantia para assinatura da escritura e registo dos prédios. Sobre a compensação do terreno cedido na Zona Industrial de Irijó, onde falta pagar à Fundação a indemnização correspondente a dois lotes, informou que foi decidido pela Câmara Municipal efectuar o pagamento da comparticipação, embora que, nos termos do protocolo assinado na altura, só seria efectuado após a atribuição e outorga da escritura de venda dos lotes. -----

Em relação ao caminho do Galteiro, na freguesia de Pessegueiro do Vouga, esclareceu que se tratava de uma situação especial, porque, como sabiam, muitas vezes aparecem desafios que nos são apresentados no sentido de aproveitarmos fundos comunitários. Foi o caso e foi esclarecido na Assembleia Municipal quando foi inscrito no Plano Plurianual de Investimentos o primeiro caminho rural, no ano económico transacto. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Sever do Vouga, na sequência de uma Portaria que saiu a prorrogar o prazo de apresentação de candidaturas, em parceria com a Junta de Freguesia de Pessegueiro, resolveram elaborar candidaturas ao programa Agris, na sequência do desafio formulado aos municípios no sentido de poderem aproveitar o financiamento de 70% a fundo perdido. Acrescentou que, na altura, tinham enviado uma cópia dessa Portaria a todas as Juntas de Freguesia para verificarem se pretendiam aproveitar esta oportunidade e apresentarem candidaturas como fez a Junta de Freguesia de Sever do Vouga. A selecção desses caminhos não dependia somente da vontade da autarquia, porque eram escolhidos pelos técnicos da Direcção Regional de Agricultura, com base em critérios previamente estabelecidos superiormente. -----  
Depois de prestados estes esclarecimentos e dadas estas respostas adicionais, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”. -----

### ----- 3 - Ordem do Dia -----

**3.1 – Prestação de Contas/2008:** - O presidente da câmara iniciou a apreciação deste ponto da Ordem do Dia, com uma apresentação sucinta dos principais dados exarados nos documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2008, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais. -----  
Seguidamente, foi aberto um período de discussão onde se inscreveram os seguintes membros: -----

**Albano Macedo:** Em primeiro lugar, acerca do Relatório/Parecer do auditor externo, alertou para a data incorrecta de 31 de Dezembro de 2007. -----  
Continuando disse que, no dia 28 de Setembro de 2007, esta Assembleia Municipal, depois de algumas dúvidas apresentadas pelo membro Francisco Ferreira, nomeou, por maioria, o auditor externo Dr. Hélder Manuel Martins Pereira para cumprimento do estabelecido na Lei das Finanças Locais. Este relatório é apresentado por uma sociedade, designada por Palm, aqui representada pelo Dr. Hélder Pereira. Assim, questionou se essa alteração estava de acordo com as normas vigentes? Tendo em atenção que foi aprovada a nomeação do auditor pela Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Disse que, efectivamente não lhe competia o domínio sobre o assunto colocado à consideração. Já agora, considerou que as sociedades de revisores oficiais têm um regime jurídico diferente das sociedades comerciais. O facto de os auditores pertencerem a uma sociedade, não quer dizer que perdem a sua autonomia e identidade, mas era uma questão curiosa, do foro jurídico. Disse que iria pedir esclarecimentos a quem de direito sobre esta situação e será enviada directamente ao senhor Albano Macedo ou a quem entender sobre a

legalidade desta situação. Concluiu, dizendo que agradecia ter colocado esta questão pertinente. -----

**Presidente da Câmara:** Disse ter recebido um parecer favorável ao pedido apresentado pelo Dr. Helder Pereira, após ter constituído uma sociedade de revisores oficiais de contas, onde constava que a responsabilidade individual como auditor nomeado se mantinha. -----

**Helder Pereira:** Informou que todas as responsabilidades individuais acompanham o auditor que integre uma sociedade, quer em termos de deveres como de obrigações. -----

**Albano Macedo:** Considerou que, por uma questão de ética, deveria ter sido dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Concordou, dizendo ter havido um hiato, que será esclarecido na próxima sessão ou ratificado caso seja necessário. -----

**António Ferreira:** Começou por dar conta de um pequeno erro na página 15, linha 6, do documento que está em apreciação, onde deveria constar 3.708.582,73€ e não 4.131.001,98€. -----

Sobre o documento em análise, talvez o mais importante que discutimos e votamos todos os anos nesta Assembleia Municipal, teceu algumas considerações em nome da bancada do PSD agradecendo, desde já, o trabalho dos funcionários do serviço de contabilidade do Município, bem como, o relatório/parecer do auditor externo que, em cumprimento da legislação vigente, colocaram à disposição desta Assembleia para discussão e análise das contas do ano económico transacto. -----

Mas, diferente é a análise política dos resultados apresentados, sendo essa perspectiva que lhes interessava apreciar. Nesse sentido, e após a análise dos documentos distribuídos, decidiu centrar a sua intervenção em algumas questões políticas que considerou de extrema importância para o município. E, desde logo, o facto da Câmara Municipal prometer muito e fazer pouco. Apesar deste ser um facto facilmente constatável, para quem conhece o concelho, bastando a análise dos números da página 17 do relatório para verificar que a execução financeira das Grandes Opções do Plano é inferior em dois terços do previsto (57,9%), podendo ser considerada uma execução de *vip's*, onde muito foi prometido e pouco o realizado. Na receita, verifica-se uma arrecadação menor face ao previsto. De facto, em termos globais, existe uma realização global de receita também inferior a dois terços do valor desejado (65,9%), sendo que, no caso das receitas de capital, possui esta Câmara um valor de execução financeira inferior a metade (42,4%). Embora se conheçam algumas das razões que levaram a esta situação e que se encontram evidenciadas no texto do relatório, não deixa de ser estranho que seja um executivo socialista a sublinhar o que o PSD tem vindo a dizer ao longo dos últimos anos. Os atrasos que o governo socialista de Portugal provocou no QREN estão a adiar os investimentos das autarquias, além de serem muito burocráticos e de acesso difícil. Ironizou, dizendo que não esperava ganhar um aliado socialista em Sever do Vouga, contra o governo de José Sócrates. No que diz respeito ao atraso no recebimento das verbas do quadro comunitário de apoio, sublinhou o facto exarado nos documentos, e passou a citar a página 5 do relatório onde é dito que, “pese embora, a persistência realizada para serem arrecadadas as receitas dos fundos comunitários e participações de serviços e fundos autónomos...”, esperava que esses atrasos não sejam uma represália pelo facto do senhor presidente da Câmara falar sobre as dilações do QREN. -----

Um aspecto preocupante tinha a ver com o aumento do peso relativo das despesas correntes no total das despesas da autarquia. De facto, em 2007, as despesas

correntes eram inferiores às despesas de capital, o que significava que a Câmara Municipal investia mais em obras do que gastava na sua actividade normal. É verdade que não era muito mais, apenas mais 1,3%. Mas, o significado político era diferente. Este ano, a situação inverteu-se e as despesas correntes já representam 53% do total da despesa, com o acréscimo dos juros de empréstimos e transferências correntes da autarquia, das quais é afirmado que existiu um aumento de 39%. Parte desse aumento, 17%, se deve às componentes de apoio à família, bolsas de estudo, refeições, ensino de inglês, actividades extra-curriculares e auxílios económicos. Contra isso nada a opor, mas 62% dos acréscimos, representando 162.000 euros, devem-se a apoios às freguesias e às colectividades. Agora, se as freguesias não constatarem qualquer aumento nas receitas com transferências correntes, presume-se que esse valor tenha sido canalizado para as colectividades do concelho e, embora deva ser enaltecido o trabalho desenvolvido pelas associações, considerou que seria importante para esta assembleia conhecer os montantes discriminados das transferências da autarquia para as colectividades. Só assim se aplicaria verdadeiramente o sentido das transferências ao qual a Câmara Municipal está vinculada. -----

Atende-se, ainda, nos quadros da página 11, que em 2006 e 2007 a despesa com pessoal representava 37% do total da receita corrente do Município. Em 2008, representou 40%. E, quanto a este ano, teremos de acordo com o orçamento aprovado em Dezembro, um acréscimo de 12% nesta rubrica. Assim, perguntou ao presidente da câmara qual o motivo desses aumentos. Esperando, pois, que esse acréscimo relativo a despesas correntes não signifique um hipotecar do futuro da autarquia motivado por razões eleitoralistas e que, em 2009, exista um maior equilíbrio na gestão, devendo ter uma acção mais consequente junto de quem tem direito, para que as verbas em atraso do terceiro quadro comunitário de apoio e as verbas do QREN cheguem, efectivamente, a Sever do Vouga e possam ser usadas para bem do concelho. -----

Antes de terminar e a propósito da rubrica de fornecedores, centrou-se na estrutura da dívida da Câmara, dizendo que tinham razão em afirmar que estavam apreensivos, porque em 2008, a dívida de curto prazo representava cerca de 60% do total do passivo, porquanto, em 2006 e 2007, representava cerca de 40%, ou seja, a realidade inverteu-se, piorando bastante. -----

Por outro lado, enquanto, em 2006 e 2007, a dívida de longo prazo - banca e fornecedores - era cerca de 60% do total do passivo, em 2008, passou para 40%. --- A dívida de curto prazo, ou seja, aquela que se tem de pagar num prazo inferior a um ano, passou para 70%, assumindo um valor total de 4.754.000 euros. Sobre este dado perguntou como era que a Câmara Municipal propõe resolver essa situação. Será protelando, ainda mais, os pagamentos aos fornecedores num cenário grave de crise económica? -----

Antes de concluir, solicitou ao senhor presidente da câmara esclarecimentos sobre as duas reservas colocadas às contas de 2008, pelo auditor externo, para saber se está prevista alguma inventariação suplementar dos bens imóveis e móveis da Câmara para este ano. Sabendo que a tarefa era difícil, não podemos deixar de exprimir alguma surpresa pelo facto de apenas 35% dos bens imóveis terem inscrição matricial e em 27% o registo na Conservatória do Registo Predial. Sabemos que a aplicação da Portaria 661 não é uma tarefa fácil, contudo, esses valores colocam-nos algumas dúvidas sobre a inventariação efectuada. -----

A segunda reserva tem a ver com o montante da verba de proveitos diferidos. Também aqui, o auditor colocou uma reserva, afirmando mesmo, e passo a citar

“não podemos concluir sobre a razoabilidade do valor apresentado”. Assim disse, também terem dúvidas sobre o valor de 14.678.000 euros apresentado. -----  
Em jeito de conclusão, afirmou que consideravam existir motivos para preocupação quanto ao futuro da autarquia pelos factos evidenciados nas contas de 2008. -----  
Não quis, com isso, pôr em causa a qualidade do trabalho contabilístico, mas, somente, as opções políticas que este documento evidencia. São erradas e colocam em causa o bom nome da autarquia e, conseqüentemente, de todos os severenses. Sabia que, previsivelmente em Outubro, a população do concelho saberia julgar o trabalho do executivo, demonstrado nas opções erradas que estas contas nos transmitem e que voltará a dar ao PSD a confiança para renovar e refrescar a gestão autárquica, projectando o Município para um novo ciclo de modernidade. Será hora de mudança com uma nova administração e com as pessoas e as famílias acima de qualquer interesse partidário. Por agora, o PSD irá decidir-se pela abstenção. -----

**Presidente da Câmara:** Começando pelas reservas, disse não se recordar das proferidas no ano passado, mas eram, sensivelmente, as mesmas. Contudo, solicitou ao Director de Departamento que prestasse os esclarecimentos à primeira reserva. -----

Em relação à segunda reserva, sobre os registos, disse haver uma série de procedimentos que vão sendo concretizados, após implementação do POCAL, alguns por iniciativa dos próprios serviços da Câmara e outros por sugestões do próprio auditor externo. Quanto à falta de registos matriciais e prediais, disse resultarem de aquisições efectuadas há muitos anos e não tituladas, que obrigam, agora, o recurso à figura da justificação notarial para serem inscritas a favor do Município. Em relação a toda a intervenção política do senhor António Ferreira, disse que todos manipulamos os números à nossa maneira. Como tinha referido no início, a receita teve uma diminuição de 860.000 euros, havendo 1.193.000 euros de receita por receber. Assim, se a autarquia tivesse recebido esse valor, mais os 655.000€ em saldo, teríamos um valor da dívida, sensivelmente, igual ao de 2007. -  
Quanto à questão da execução orçamental, o resultado também seria diferente se a autarquia tivesse recebido todos os créditos de terceiros. Quanto aos atrasos no QREN e nas demais participações disse que o seu cargo era de presidente da Câmara Municipal e nada tinha a ver com cargo algum do governo. -----

Em relação às críticas acerca do aproveitamento de fundos comunitários, designadamente, sobre os atrasos do QREN, recordou que a opção tomada pelo executivo foi a de construção de infra-estruturas distintas das solicitadas pelos presidentes das juntas de freguesia que se resumiam apenas a caminhos. O executivo aproveitou os fundos comunitários para a execução de algumas estradas. Mas, a opção não se ficou apenas por caminhos. Também foram submetidas e aprovadas candidaturas para outros edifícios e construções – ringues desportivos, piscina, auditório, biblioteca e campo municipal. -----

Sobre a crítica apresentada quanto às transferências, concluiu a sua intervenção pedindo uma reflexão para saberem: Quantas colectividades existiam há 10 anos? Quantas há nesta altura, com financiamento do Município, com candidaturas que o executivo ajudou a aproveitar e que poderiam recordar-se o que havia em cada freguesia. -----

**Director de Departamento:** Em relação às duas reservas, disse ter-lhe parecido haver uma má interpretação da primeira reserva, porque o membro senhor António Ferreira falou da necessidade de uma inventariação suplementar e não é isso que está em causa, ou seja, os bens que estão no inventário só não estão é identificados e isso levou o auditor a colocar uma reserva, porque pretende que os bens estejam

identificados com o registo do património, de modo a poder fazer reconciliações. Em relação à segunda reserva, colocou uma questão sobre os subsídios que ainda não chegaram à autarquia e isso está evidenciado na folha 76 em dívidas de terceiros, contas 24 e 26. A conta proveitos diferidos engloba as participações recebidas pela autarquia, mais os que se encontram por receber e evidenciados naquelas contas. São proveitos diferidos porque não são evidenciados no ano, senão, alteravam significativamente os resultados. São diferidos no tempo, e evidenciados como proveitos dos exercícios, de acordo com a vida útil de cada bem. Mas, a reserva deve-se ao facto de não termos o registo completo desses subsídios por cada obra e a afectação para cada exercício. -----

**Joaquim Zacarias:** Disse que, na opinião dos independentes, e relativamente a esta Prestação de Contas, muito sumariamente, e em termos políticos, consideramos que o somatório da receita dos últimos três anos faz antever ser este o melhor mandato da sua carreira, senhor presidente da câmara, de vinte anos, e faz antever, também, o pior mandato ao nível de obra feita, o que pensamos que explica a situação do atraso estrutural em que o lançou o concelho de Sever do Vouga. E, a comprová-lo vem a execução orçamental de cerca de 16,5% do Plano Plurianual de Investimento, o que é ridículo, em nosso entender. -----

**Presidente da Câmara:** Começou por dizer que, eventualmente, não tinha analisado bem os documentos, considerando a despropósito dizer que a execução do plano era de 16,5%, quando foi de 57,9%. -----

Dizer que este era o melhor mandato em termos de receita, óptimo, o senhor António Ferreira acabou de dizer o contrário, que não se conseguia trazer as verbas do QREN e receber as participações devidas. Mas, não era nada o melhor mandato, porque se formos comparar com mandatos anteriores, verificamos que não será assim, porque se considerarmos a receita 2002 a 2005 e efectuarmos a actualização monetária, com base nas taxas de inflação, teríamos uma conclusão distinta. -----

Em relação à crítica sobre falta de “obra feita” perguntou se a oposição desejava que não houvesse mais apoios e encargos com bolsas de estudo, refeições nos jardins-de-infância, prolongamentos, enriquecimento curricular, iluminação pública, transportes escolares e outros serviços, alguns dos quais obrigatórios e provocam elevados encargos a satisfazer pelo Município. Mas, continuariam com essas actividades, porque consideravam-nas como sendo um investimento. -----

**Antonio Dias:** Antes de mais, este relatório de gestão surge num momento de grande arrefecimento da actividade económica, tanto internacional como também em Portugal, onde a recessão económica, financeira e social se faz notar bastante. No que diz respeito à autarquia, importa não depreciar e não deixar de somar o equilíbrio financeiro e económico das finanças e o impacto positivo que daí decorre. O estado está quase sem folga, está endividado, está com uma taxa de execução das suas receitas correntes em manifesta regressão com algumas despesas quase incontroláveis, muito em virtude do desemprego. As autarquias têm que resolver as suas prioridades, uma vez que o estado não ajuda muito. Como falou há pouco o senhor presidente, o QREN está atrasado e, portanto, as Câmaras têm que resolver os problemas ao nível de educação, saúde, do bem-estar, entre outras. Não se pode endividar muito. Tem que cumprir, basicamente, todos os rácios. Todos sabemos que as despesas correntes da autarquia, por força das actualizações salariais, dos fornecimentos de serviços externos, das aquisições de consumíveis, dos juros, entre outras, como a parte contabilística, que o revisor oficial de contas obrigou a corrigir, em acréscimos e diferimentos, amortizações, entre outros, fez

aumentar as despesas correntes e a dívida, respectivamente, o que, em termos de crise e de recessão que estamos a passar, torna obrigatório cortar em alguns investimentos. Portanto, é normal que as despesas de capital baixem. Bastava olhar para a crise e imaginar o que passa a maior parte das autarquias, o próprio estado e as empresas. Portanto, a maior parte da classe empresarial está com dificuldades, uma vez que, investimentos, que eram aparentemente saudáveis, deram perdas, tanto de mercado como de competitividade, como de desenvolvimento, o que se reflectiu, também, em termos de finanças pessoais e empresariais, ou seja, é natural que as receitas das autarquias, com a situação económica e financeira que estamos a passar abaixem drasticamente em termos de taxas de licenciamento, uma vez que, a maior parte dos cidadãos e das pessoas deixam simplesmente de construir. Também deixam de trocar de casa, de comprar, ou seja, o IMT baixa bastante. Portanto, saliento, desde já, aqui que, no futuro, e oxalá não aconteça, esta crise venha a fazer com que as pessoas deixem de pagar o IMI. -----

O que o senhor presidente da câmara e o senhor António Ferreira falaram há pouco, sobre o endividamento de curto prazo à autarquia (dívidas de terceiros à autarquia), possivelmente, vai ter tendência em aumentar, porque isso já se verifica ao nível empresarial. Portanto, isso iria passar para as autarquias. Felizmente, verifica-se que o executivo evidenciou sempre bastante prudência e cautela para cenários desta natureza. -----

Por último, referiu termos, aparentemente, umas contas deste executivo bastante saudáveis, julgando que teriam tudo para serem aprovadas. -----

Após a intervenção dos membros que se inscreveram, para cumprimento do estabelecido na alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais, o presidente da assembleia municipal colocou à votação os documentos da prestação de contas de 2008, tendo-se verificando o seguinte resultado: -----

**Quinze votos a favor** - de Albano de Amaral e Macedo; Alexandre Fernandes Tavares; António Fernando da Silva Dias; António Nunes Tavares; Belmiro Manuel Marques; David da Silva Alves; Edgar Jorge Ribeiro da Silva; Fernando da Silva Oliveira; Harolde Soares da Silva Balaias; João Pereira Henriques; José Dias da Silva; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; Júlio Martins Fernandes; Maria Elisabete Martins Henriques e Paula Cristina Vaz dos Santos. -----

**Seis abstenções** - de António Rodrigues Ferreira; Claudino da Fonseca Soares; José Loureiro dos Anjos; José Tavares Coutinho; Severo Mendes Pereira e Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

**Quatro votos contra** - de Cláudia Maria Rodrigues da Silva; Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; Manuel Henriques Soares e Nuno Miguel Matos Silva. -----

-----**3.2 – Inventário e Cadastro/2008:** - Seguidamente, foi apreciado o inventário e cadastro com referência a 31/12/2008, conforme determina a alínea c), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**3.3 – Mapa de Pessoal - Alteração:** - Nos termos do n.º 3, do art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por unanimidade, foi aprovada a 1ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2009, depois de prestados os devidos esclarecimentos por parte do presidente da câmara sobre a proposta apresentada pela Câmara Municipal, aprovada na reunião do passado dia 24 de Abril, deste ano. -----

**3.4 – Delimitação Administrativa – Correção e alteração:** - Antes de serem prestados os esclarecimentos sobre os processos apresentados, o presidente da assembleia municipal solicitou aos presidentes das juntas de freguesia que integram o processo de delimitação para comentarem e informarem à assembleia como

decorreram as negociações com os autarcas das freguesias confinantes, designadamente, para se saber se havia consenso de todos os órgãos quanto aos novos limites do concelho. -----

Seguidamente, foi dada a palavra aos presidentes das juntas de freguesia de Couto de Esteves, Dornelas e Rocas do Vouga, que prestaram a informação pretendida e disseram haver acordo total nas alterações dos limites das freguesias e concelho, como se apresenta nos documentos, com as deliberações dos órgãos das freguesias, onde ocorrerão modificações nos limites. -----

Depois de prestados os esclarecimentos sobre os novos limites indicados nos documentos distribuídos e que instruem esta proposta de delimitação das freguesias de Couto de Esteves, Dornelas e Rocas do Vouga, deste concelho, com as freguesias de Arões e Junqueira, do concelho de Vale de Cambra, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, nos termos da competência atribuída a este órgão conforme o previsto na alínea b), do n.º 3, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais. -----

**3.5 – 2ª Revisão Orçamental:** - Para melhor se compreender as principais alterações introduzidas através do documento distribuído referente à 2ª Revisão Orçamental de 2009, que compreende a 2ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 655.100,00€ (seiscentos e cinquenta e cinco mil e cem euros), o Orçamento de Despesa com um reforço de 832.100,00€ (oitocentos e trinta e dois mil e cem euros) e anulações num total de 177.000,00€ (cento e setenta e sete mil euros), o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 887.450,00€ (oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros) e anulações num total de 269.000,00€ (duzentos e sessenta e nove mil euros) e o Plano de Actividades com um reforço de 71.400,00€ (setenta e um mil e quatrocentos euros) e anulações num total de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), pelo presidente da câmara, foram prestados os esclarecimentos devidos, disponibilizando-se para elucidar qualquer dúvida aos membros da Assembleia Municipal. Posto isto, e não tendo sido colocadas questões, foi submetida à votação a proposta de Revisão do Orçamento para 2009. -----

O documento foi aprovado, por maioria, com **vinte e dois votos a favor** - de Albano de Amaral e Macedo; Alexandre Fernandes Tavares; António Fernando da Silva Dias; António Nunes Tavares; António Rodrigues Ferreira; Belmiro Manuel Marques; Claudino da Fonseca Soares; David da Silva Alves; Edgar Jorge Ribeiro da Silva; Fernando da Silva Oliveira; Harolde Soares da Silva Balaias; João Pereira Henriques; José Dias da Silva; José Loureiro dos Anjos; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; José Tavares Coutinho; Júlio Martins Fernandes; Maria Elisabete Martins Henriques; Nuno Miguel Matos Silva; Paula Cristina Vaz dos Santos; Severo Mendes Pereira e Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes; com **três abstenções** - de Cláudia Maria Rodrigues da Silva; Joaquim Zacarias Paulino Gabriel e Manuel Henriques Soares. -----

**4 – Outros assuntos:** O membro Albano Macedo propôs que as comissões municipais apresentassem, regularmente, à Assembleia Municipal, relatórios sobre as actividades desenvolvidas. -----

Esta proposta não foi apreciada e votada, mas ficou o compromisso de ser feita uma listagem de todas as comissões municipais. -----

#### ----- **5 – Período destinado ao público** -----

Neste período foram registadas as intervenções: -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata,

tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

---

---